



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.sc.gov.br>
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: imprensa@sed.sc.gov.br; Contato: 3221 6161

CLIPPING

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

07/03/2012



Veículo:	Diário Catarinense	
Editoria:	Moacir Pereira	Data: 7/3/2012
Assunto:	Piso mobiliza Sinte	Pág: 3

Piso mobiliza Sinte

Dois fatos relacionados com o futuro da educação em Santa Catarina estão previstos para hoje: 1. O secretário Eduardo Deschamps anunciará à coordenação do Sinte a data da reunião para tratar das negociações visando ao pagamento do novo piso salarial do magistério, fixado pelo governo federal em R\$ 1.451, a partir de janeiro. No primeiro encontro, o secretário voltou a afirmar que o governador quer cumprir a lei e pagar o piso. Como não dispõe de recursos no orçamento, determinou estudos para fazer uma proposta. 2. Haverá hoje a assembleia regional dos professores em Florianópolis e Criciúma, para tomada de posição sobre as principais reivindicações levadas ao governo, em especial, o pagamento do novo piso.

O Sinte já realizou 10 assembleias regionais. Várias tiveram a presença da presidente Alvet Bedin, que se surpreendeu com a disposição dos professores de lutarem pelo pagamento do novo piso. “Está na lei”, diz. Garante que o clima é semelhante àquele registrado no ano passado. A assembleia estadual está marcada para o dia 15 de março, a partir das 14h, no CentroSul, mesmo local da histórica reunião de 2011.

O secretário realizou ontem a primeira reunião com todos os gerentes regionais de educação, e o termômetro ali, sobre disposição de greve do magistério, era diferente. Muitos professores temem uma nova paralisação e torcem para que haja um acordo entre o Sinte e o governo. O professor Eduardo Deschamps viaja hoje para Natal, Rio Grande do Norte, onde participará da reunião do Conselho dos Secretários Estaduais de Educação. O tema principal tratará justamente do impasse criado com o aumento de 22% no piso nacional de salários. O ministro da Educação, Aloizio Mercadante (PT), estará presente. Deschamps levará algumas propostas, visando à obtenção de recursos. Uma delas, já encaminhada pelo secretário Nelson Serpa, diz respeito a novos critérios sobre a dívida pública.

QUEIXAS

Uma questão que vem sendo debatida nas assembleias refere-se à atuação dos diretores das escolas estaduais. Repetem-se pelo Estado as reclamações sobre a forma autoritária como os diretores atuam nos estabelecimentos, sem um mínimo de diálogo com os professores. Há críticas sobre a falta de autonomia financeira.

Outro problema constante nos encontros está no SC Saúde. Há falta de médicos especialistas em várias regiões. Até mesmo em Florianópolis os pacientes, servidores filiados ao SC Saúde, não encontram urologistas. A Secretaria da Administração informou que os urologistas não aceitaram o acordo fechado com o Cosemesc e pedem remuneração quatro vezes maior.

Drama que atinge professores e os demais servidores envolve ainda cardiologistas e ortopedistas de diferentes regiões que não aderiram ao plano de saúde. O SC Saúde diz que está resolvendo os problemas pontuais, com prioridade para as urgências.

A Secretaria da Fazenda realiza estudos para a liberação de verbas especiais destinadas a pequenas despesas das escolas, que

seriam autorizadas pelas direções. O processo, contudo, depende do orçamento das secretarias regionais. As negociações entre o governo e o Sinte serão conduzidas agora pelo coordenador executivo das Negociações e Relações Trabalhistas, Décio Bacedo, cargo criado por decreto governamental.

Dirigirá uma comissão de três secretarias. O governo tem uma semana para oferecer uma proposta sobre o piso. A greve, este ano, tem um diferencial político: é de caráter nacional.



Veículo:	A Notícia	
Editoria:	AN.joinville	Data: 7/3/2012
Assunto:	Obras na 21ª prioridade	Pág: 10

Conselheiro Mafra **Obra na** **21ª prioridade**

Restauração do prédio deve ocorrer depois de reformas emergenciais

GISELE KRAMA
gisele.krama@an.com.br

As obras de restauro e reforma da Escola Conselheiro Mafra foram anunciadas pelo então secretário estadual de Educação, Marco Tebaldi, no fim do ano passado, em meio às comemorações do centenário da instituição. Mais de dois meses depois, o processo de licitação ainda não iniciou. Nem o edital, que já foi montado, chegou a ser publicado. Na época, o governo do Estado havia anunciado que a publicação seria ainda em dezembro e que o dinheiro estava reservado na Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR). A obra estava estimada em aproximadamente R\$ 2,5 milhões.

O ano acabou e com 2011 foi também a pressa em restaurar a centenária escola. Neste ano, as obras não estão mais entre as principais prioridades e não há garantias que o edital seja lançado ainda em 2012.

Segundo Bráulio Barbosa, que dirige a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Joinville e que participou do evento no ano passado, não há dinheiro suficiente para tocar todas as obras. Segundo ele, a Gerência Regional de Educação tem um orçamento de R\$ 8 milhões para cuidar de todas as escolas da região Norte em 2012. “A educação tem bastante problemas, problemas bem mais agudos para resolver”, diz, referindo-se à situação de escolas interditadas.

Os recursos serão focados nestes problemas mais urgentes. Segundo Bráulio, para fazer todas as obras necessárias nas escolas seriam necessários R\$ 18 milhões. “Num momento de crise, temos que elencar as prioridades”, diz.

“Acredito que a nossa reforma vai demorar”, diz a diretora do Conselheiro Mafra, Olizilma Ana Bussmann Witt. Enquanto isso, ela continua liderando as comemorações do centenário com eventos para pais, professores e alunos – como o desfile no aniversário da cidade – mas sem a esperada reforma da escola.

Missão para gerente

O novo secretário de Educação, Eduardo Deschamps, que trabalhava como adjunto de Tebaldi até fevereiro, escalou a gerente regional de Educação, Heliete Steingraber Silva, para definir quais são as prioridades onde serão investidos os R\$ 8 milhões. A lista deve ser definida ao longo do ano e pode sofrer alterações, mas, segundo a gerente, “o foco principal é resolver os problemas das escolas interditadas e, depois, fazer as reformas, como a do Conselheiro Mafra”.

“Trabalhamos com oito municípios e há escolas com problemas mais sérios”, diz. A expectativa dela é de que haja repasse extra durante o ano.

As três primeiras medidas de urgências já foram tomadas. Estão publicados editais no portal da SDR para limpeza de fossas e sumidouros no valor de R\$ 103.268,95; dedetização, desratição e descupinização no valor de R\$ 130.000,00; e limpeza de reservatório de água das escolas no montante de R\$ 54.197,36.

A LISTA ATUAL

Confira as prioridades da SDR.

- 1 Fazer obras emergenciais nas escolas interditadas Francisco Eberhardt, Maria Amin Ghanem e Plácido Olímpio de Oliveira.
- 2 Acertar os autos de infração da escola Giovanni Pasqualini Faraco. As obras já foram realizadas e a escola desinterditada.
- 3 Reformar a Escola Rui Barbosa.
- 4 Resolver os principais problemas dos prédios do Centro de Educação de Jovens e Adultos (Ceja) e da Gered.
- 5 Reformar a quadra da Escola Plácido Xavier de Oliveira, no bairro Santa Catarina, que está interditada.
- 6 Reformar o auditório da Escola Presidente Médici, no Boa Vista, que está interditado.
- 7 Concluir as obras da Escola Gertrudes Benta Costa, no Petrópolis.
- 8 Concluir as obras da Escola Tuffi Dippe, no Iriirú.
- 9 Concluir as obras da Escola Higino Aguiar, em Araquari.
- 10 Reformar o telhado da Escola Nicola Baptista, em São Francisco do Sul, que está interditada.
- 11 Reformar o telhado da Escola Dom Pio de Freitas, no Floresta, que está com problemas sérios.
- 12 Fazer manutenção da caixa d'água e rampa de acessibilidade da Escola Gustavo Gonzada, no Saguagu.
- 13 Fazer manutenção do ginásio da Escola Nereu Ramos, em Itapoá, que está interditado.
- 14 Reformar o telhado da Escola Claurinice Vieira Caldeiras, em São Francisco do Sul.
- 15 Reformar a cobertura e as rachaduras na parede da Escola João Colin, no Itaum.
- 16 Reformar a Escola Rudolfo Meyer, no Floresta.
- 17 Refazer a parte elétrica da Escola João Martins Veras, no Anita Garibaldi.
- 18 Fazer manutenção do ginásio da Escola Olavo Bilac, em Pirabeiraba.
- 19 Reformar Escola Tito Lívio Venâncio da Rosa, em Araquari.
- 20 Reformar Escola Monsenhor Scarzello, no Itaum.
- 21 Reformar e restaurar a Escola Conselheiro Mafra.



Veículo:	Notícias do Dia	
Editoria:	Política	Data: 7/3/2012
Assunto:	Entrevista Secretário	Pág: 7

Educação com planejamento

A Secretaria de Estado da Educação tem um orçamento global para este ano de R\$ 3,4 bilhões. A folha de pagamento, segundo o novo secretário da Educação, Eduardo Deschamps, gira na casa de R\$ 2 bilhões. Além disso, há necessidade de investimentos na infraestrutura, transporte escolar, que consomem R\$ 90 milhões, e a questão da merenda que custa mais R\$ 100 milhões. Quanto aos uniformes escolares, que não foram distribuídos neste ano, há planos para retomar pelo menos para uma parcela da população carente. Apesar de Santa Catarina já pagar va-

lor igual e até superior ao piso nacional do magistério, que o governo federal definiu em R\$ 1.451,00, o ano promete ser de dificuldades e muita negociação com os professores. Para enfrentar essa realidade, o secretário Eduardo Deschamps dá a receita: planejamento e criatividade no uso dos recursos da Educação. Deschamps assumiu o cargo de secretário dia 1º de março, mas ele foi adjunto durante o ano de 2011, quando negociou com os professores que promoveram uma greve de 62 dias. Em entrevista ao *Notícias do Dia*, o secretário fala das metas e planos para a pasta.

No ano passado o governo precisou retirar recursos de investimento em infraestrutura para cobrir a folha de pessoal que cresceu com o pagamento do piso e demais reivindicações depois de uma greve de 62 dias. Hoje, está diante de novo reajuste. O que fazer quando a água já bate no pescoço?

Por isso que se exige um planejamento muito grande. Hoje (ontem) nós promovemos uma reunião com gerentes regionais de educação em que foi colocado duas questões chave que vão nortear a gestão de maneira geral. A primeira delas é o planejamento. O ano de 2013 na verdade tem que ser planejado até julho deste ano. No início deste ano vamos apagar os incêndios. Vamos fazer ajustes necessários em relação ao que foi planejado. O segundo ponto que vamos trabalhar com a categoria e a rede em geral é o que a gente chama de acolhimento. Acolher os professores muito bem, acolher a comunidade e os alunos. No ano passado encontramos dificuldade, fizemos remanejamento orçamentários, mas a gente precisa ter muita criatividade, principalmente tornar mais eficiente o uso do recurso para que a gente possa fazer frente ao volume gigantesco de investimentos.

Quando o senhor diz que o governo quer pagar o piso de forma planejada, o que deve conter este planejamento?

No ano passado, no fim da greve, formamos um grupo de estudos que se reuniu durante quatro meses para avaliar o impacto da lei do piso na carreira do professor estadual e de que forma lidar com essa carreira. A carreira do professor não deve simplesmente girar em torno do vencimento inicial. Até porque o salário inicial de um professor em Santa Catarina já é superior R\$ 1.800. E

vai chegar até a metade do ano a R\$ 2.000.

A carreira não é só o vencimento inicial. A carreira é: como é que eu torno interessante minha carreira para que professor se planeje, para que ele se mantenha constantemente atualizado, para que ele se mantenha motivado a poder crescer nessa carreira e ter remuneração adicional.

Uma das saídas que está se estudando na Secretaria da Fazenda é renegociar a dívida do Estado com a União reduzindo encargos e juros de 6% a 2% e investir na Educação o que se deixa de pagar da dívida. O senhor vê como um caminho?

Desde que sejam recursos que possam ser alocados para investimentos, uma vez que essa dívida uma hora se extingue lá na frente, ou seja: não posso criar recurso neste formato que seja comprometido *ad eternum*, do ponto de vista

Estado. Além disso, há várias outras formas que a gente tem

Os Estados têm procurado trabalhar com a União. E sempre lembrando, que 5% do PIB é aplicado na Educação, sendo do que pouco mais de 2% dos Estados, um pouco menos é dos municípios e menos de 1% da União. E a União é a maior arrecadadora de impostos do país. Então não é justo que a União aprove e encaminhe uma lei que interfere diretamente nos Estados como é a questão da lei do piso. Como bem disse o governador: A União gasta o cartão de crédito e manda a conta para os estados.

O aumento do piso para 2012 conforme definiu o governo é de 22%?

O reajuste do piso definido pelo governo federal

é de 22,22%. O Estado de Santa Catarina, como já disse, ele tem uma remuneração global superior. O piso é definido como vencimento. Ou seja: sobre isso teria que aplicar os demais. É importante que a população tenha muito claro, que na verdade o professor de Santa Catarina não está recebendo menos do que R\$ 1.400,00. Ou menos de R\$ 1.450,00 que seria o novo valor do piso. Santa Catarina já paga salário

O senhor fez mudanças nas diretrizes da Secretaria da Educação? Vai haver uma mudança na estrutura da Secretaria da Educação. Ela não vai ficar com essa estrutura que está ali. E nós já procuramos trazer gestores com perfil dos gestores que nós precisamos. Por outro lado, tem sim a ver também com questão de cargos de confiança do secretário.

inicial superior a este. O que nós tivemos no ano passado: começamos com uma folha projetada da ordem de R\$ 1,3 bilhão a R\$ 1,4 bilhão para ser aplicado ao longo do ano. E chegamos numa folha, que tem inativos também, que é importante que se coloque, porque eles também são impactados por essa questão, uma folha que chega aí com encargos a mais de R\$ 2 bilhões. Para um orçamento global da Educação para esse ano da ordem de R\$ 3,4 bilhões. O transporte escolar consome algo na ordem de R\$ 90 milhões, a merenda escolar mais R\$ 100 milhões. Precisamos dar conta da compra do material didático, precisamos dar conta da estruturação da escola, a questão da tecnologia da informação. São recursos insuficientes para a gente fazer frente a tudo que precisamos. Só de investimentos, levantamento inicial para colocar 1.300 escolas dentro de um patamar mínimo a gente estima algo em torno de R\$ 600 milhões. No ano passado a gente fez investimento superior a R\$ 150 milhões.